



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

26/10/2013



ÍNDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLENCIA.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
1.3. OUVIDORIA.....	3
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CONVÊNIOS.....	4
2.2. DECISÕES.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
3.2. DESEMBARGADORES.....	7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLENCIA.....	8
4.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	9
4.3. COMARCAS.....	10
4.4. DECISÕES.....	11
4.5. DESEMBARGADORES.....	12 - 14
4.6. OUVIDORIA.....	15
4.7. PUBLICIDADE LEGAL.....	16

TJ e instituições definem ações de enfrentamento à violência no Maranhão

Reunião foi realizada ontem, e entre as atividades a serem executadas estão a reativação da Central de Inquéritos de São Luís e mudanças em plantões

O Tribunal de Justiça do Maranhão e as instituições envolvidas no Programa Integrado de Combate à Violência definiram ontem ações de enfrentamento à criminalidade no estado, conforme termo de cooperação técnica firmado no início do mês.

No encontro, a desembargadora Nelma Sarney – corregedora-geral da Justiça para o biênio 2014/2015 – apresentou a proposta de reativação da Central de Inquéritos de São Luís, que se inclui entre as prioridades de sua gestão. O objetivo é garantir celeridade no acompanhamento de inquéritos policiais e peças informativas de competência das varas criminais ainda não distribuídos, evitando a perda de provas ou direitos.

Ainda no âmbito do Judiciário, foi anunciada a aprovação da Resolução 050/2013, que regulamenta a formação de colegiado para julgamento, na primeira instância, dos crimes praticados por organizações criminosas.

"Nós estamos em um momento de urgência e de clamor popular. Precisamos melhorar a comunicação entre os órgãos e provocar as instituições a trabalhar em conjunto", frisou Nelma Sarney, que também é presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA.

A desembargadora sugeriu a ampliação da Unidade de Segu-

Mais

As instituições também debateram a possibilidade de atuação dos promotores criminais de São Luís por região, como já acontece com os delegados, e a integração dos monitoramentos feitos por câmeras de vídeo entre os setores públicos e privados. A próxima reunião de trabalho do Programa ocorrerá em 11 de novembro, com representantes da sociedade civil, no auditório da Assembleia Legislativa.

rança Comunitária (USC), em funcionamento nos bairros da Vila Luizão e Sol e Mar. "O caminho de combate à violência é a ocupação das comunidades de risco", afirmou.

Ações - O representante da Secretaria de Estado de Segurança, tenente-coronel Jorge Luongo, defendeu a participação de juízes e promotores no Conselho de Segurança Institucional, atendendo demanda do Tribunal de Justiça e Ministério Público. Ele propôs a implantação do programa do Governo Federal *Crack – é possível vencer*, em parceria com as secretarias estadual e municipal de Segurança.

De acordo com o tenente-coronel, as áreas do João Paulo e Reviver, que apresentam grande incidência de usuários de droga, serão as primeiras a receber o caminhão-comando, equipado com 20 câmeras de monitoramento, além de duas viaturas e duas motos.

"Os bombeiros e policiais militares já foram capacitados para trabalhar na unidade, que também contará com o suporte do Município na área de saúde, para atendimento dos usuários de droga. Estamos aguardando os materiais, e a instalação depende da viabilidade técnica que está sendo levantada por alguns órgãos", explicou Luongo. A promotora Fabíola Fernandes, representando da Procuradoria Geral de Justiça, adiantou que na próxima semana o Ministério Público e a Secretaria de Segurança oficializarão a integração dos sistemas de informação dos dois órgãos.

Plantões - Na área da Polícia Civil, foi questionado sobre o regime de plantão das delegacias que não atende à população. A solução sugerida prevê a subdivisão do serviço em plantões regionais.

Foi discutida também a necessidade de maior disponibilidade de tempo dos PMs no combate à violência.

Divulgação



Membros do TJ, MP e Secretaria de Estado da Segurança em reunião

Quórum

O Pleno do Tribunal de Justiça escolheu, quarta-feira, por sorteio, os juízes que compõem o quórum no plenário e nas Câmaras Cíveis e Criminais.

Foram sorteados José Edilson Caridade Ribeiro (6ª Vara da Fazenda Pública), Marco Antônio Netto Teixeira (1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), Milton Bandeira Lima (Vara de Interdição, Sucessão e Alvará) e Sílvio Suzart dos Santos (juiz auxiliar).

Havendo a necessidade de quórum, a chamada será realizada por ordem de sorteio.

Liberdade recebe audiência pública da Ouvidoria do TJ



Ouvinte Lourival Serejo conversa com moradores da Liberdade durante audiência pública, ontem

Moradores tiraram dúvidas sobre questões relacionadas ao Poder Judiciário

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) realizou ontem uma audiência pública no bairro Liberdade, para ouvir reclamações, dúvidas, críticas e sugestões da comunidade a respeito do poder judiciário do Maranhão. Os moradores disseram sobre as carências de questões básicas, como moradia, problemas com drogas, além de tirar dúvidas quanto à demora em conclusões de processos judiciais.

Segundo o ouvidor do TJ, o desembargador Lourival Serejo, a iniciativa visa aproximar a Justiça da comunidade, pois, durante anos, o judiciário se manteve isolado da população. "Decidimos nos aproximar e saber das principais queixas das comunidades. Estamos aqui para ouvir e tentar resolver os problemas. Esse é o canal mais democrático que temos", afirmou o desembargador.

A ouvidoria está fazendo audiências públicas desde 2012, permitindo que a população

Mariléa Campos dos Santos é reeleita ouvidora do MP

A procuradora de Justiça Mariléa Campos dos Santos Costa foi reeleita, ontem, para o cargo de ouvidora do Ministério Público do Maranhão, biênio 2013-2015. Candidata única, a titular da Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão obteve 21 votos dos 22 votantes. Um voto foi em branco. O Colégio de Procuradores de Justiça é formado por 31 membros.

A eleição foi coordenada pela Comissão Eleitoral formada pelos procuradores de Justiça Ana Lídia de Mello e Silva Moraes, Flávia Teixeira de Viveiros Vieira e Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim, como titulares, e Paulo Roberto Saldanha Ribeiro, suplente.

Entenda como funciona o poder judiciário, sem burocracia, para que as pessoas entendam as questões judiciais. Nas audiências, a comunidade relata problemas de Justiça que não conseguem resolver. As questões são encaminhadas para os setores competentes, e eles têm o prazo de 20 dias para resolver.

A ouvidora reeleita avaliou de forma positiva a sua gestão à frente do órgão e apresentou dados sobre as ações no biênio 2011-2013. "Foram registradas 1.473 denúncias ou manifestações, dessas 955 foram解决adas, com a colaboração de membros e servidores da instituição e também de gestores de outros órgãos do setor público e privado", relatou.

Para a procuradora de Justiça, o índice de resolutividade, que alcançou mais de 64%, levou a Ouvidoria do MPMA a se classificar para a última etapa do Prêmio Innovare, que premia práticas inovadoras que melhoram a qualidade da prestação jurisdicional e contribuem para a modernização da Justiça brasileira.

Mais

A população também pode entrar em contato com a Ouvidoria do TJ-MA pelos sites www.tjma.jus.br e ouvidoria@tjma.jus.br. E pelos telefones: (98) 3221-1109 ou 3221-0393.

CASAS DA MULHER

Governo federal repassa terrenos para construção

Estabelecimentos irão concentrar serviços de apoio ao sexo feminino.

Unidades ficarão sob a responsabilidade da Secretaria das Mulheres.

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) entregou simbolicamente ontem (25) oito terrenos para a construção das "Casas da Mulher Brasileira". As estruturas de apoio às mulheres serão financiadas pelo governo federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e administradas por estados e municípios.

As unidades contarão com delegacia especializada no atendimento à mulher, vara de Justiça, defensoria pública, promotoria e equipe psicosocial - integrada, entre outros profissionais, por psicólogos e assistentes sociais. Além disso, os estabelecimentos irão oferecer orientação para que as mulheres encontrem trabalho e incrementem a renda.

Os oito primeiros terrenos repassados à Secretaria das Mulheres estão localizados em Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará e Roraima. Ao todo, o Executivo federal pretende construir 27 estabelecimentos. O governo pretende instalar uma estrutura em cada unidade da federação até o final de 2014.

Segundo a ministra da Secretaria das Mulheres, Eleonora Menicucci, a violência contra o

sexo feminino no Brasil ainda é "grande". A auxiliar da presidente Dilma Rousseff acredita que a visibilidade do assunto ajudou a encorajar as mulheres a denunciarem os abusos.

Outra questão que também auxilia as mulheres a não se sentirem tão desprotegidas, de acordo com a ministra, é a criminalização dessa forma de violência. "As mulheres têm demonstrado maior confiança, então, têm denunciado mais. Embora ainda pouco e bastante desigual com a quantidade de violência", disse.

Segundo o ministério, cada "Casa da Mulher" deverá custar, em média, R\$ 4 milhões. O governo federal vai pagar a infraestrutura das unidades, mas os responsáveis pela instalação e manutenção dos serviços oferecidos são os governos estaduais e as prefeituras, juntamente com os Judiciários locais.

Para viabilizar a construção dos estabelecimentos, o governo federal irá repassar R\$ 116 milhões ao Banco do Brasil. A instituição pública vai administrar a construção das casas.

PRÓXIMOS PASSOS - Além das oito unidades da federação que foram beneficiadas com terrenos nesta sexta, outros sete estados já aderiram ao programa. Conforme a Secretaria das Mulheres, Roraima e Amazonas devem oficializar a adesão à iniciativa federal até o final do mês. A ideia é credenciar todos os estados até dezembro.

BACABEIRA

Polícia Civil e GTA prendem 10 pessoas ligadas ao tráfico



Megaoperação prende traficantes na região de Perizes

Uma megaoperação conjunta da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), Delegacia Regional de Rosário e do Grupo Tático Aéreo (GTA) do Maranhão deflagrada na manhã desta sexta-feira, dia 25, culminou com a prisão de dez pessoas envolvidas com o tráfico de drogas na região de Bacabeira.

De acordo com informações do superintendente de Polícia Civil do Interior, Jair Lima de Paiva, os trabalhos se deram em cumprimento a sete mandados de busca e apreensão, expedidos pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira, da 1ª Vara de Rosário. Quatro pessoas foram localizadas no município de Bacabeira e seis em Periz de Baixo.

"Fizemos todo o trabalho de investigação, monitorando a movimentação dessas pessoas e depois de constatado o envolvimento delas com o tráfico de drogas e comercialização de armas e munições, solicitamos ao Poder Judiciário que expedisse mandados, que foram cumpridos nesta manhã. Alguns deles mantinham um estabelecimento comercial como fachada para a prática criminosa", disse o delegado Jair Paiva.

ESQUEMA DE TRABALHO - Os trabalhos contaram com cerca de 50 homens, entre delegados, investigadores e policiais, divididos em várias equipes, sob a coordenação dos delegados Carlos César Veloso, da SPCI e Regina França, titular da 1ª Delegacia Regional de Rosário.

O superintendente destacou que a Polícia Civil tem efetuado inúmeras prisões de traficantes, a partir deste trabalho de inteligência policial, a fim de que sejam retirados de circulação, criminosos deste porte, que atuam no tráfico e acabam fomentando tantos outros tipos de delitos em nosso estado.

PRISÕES - Na ação, foram presos João Mendes Seguins, proprietário do Comercial Lima, detido portando uma espingarda, munições de calibre 38 e a quantia de R\$ 12 mil; Márcio Evangelista de Jesus, 35 anos, conhecido como "Goiano", pego com uma pedra de crack, de 400 gramas; os irmãos Vespasiano Pimenta Júnior, 53 anos conhecido como "Mojoca", proprietário do Grupo Pimenta (Periz de Baixo) e Fabiano Desterro Pimenta, 35 anos; Ronaldo José Esteves, 36 anos, vulgo "Marrom", com 3 quilos de maconha, várias pedras de crack, 3 balanças de precisão e 3 motocicletas; Zaqueu da Luz Ferreira, 24 anos, com 70 pedras de crack.

Ainda foram presos o casal Willian Jefferson da Silva Dias, 24 anos e Maria Silva Coelho Dias, conhecida como "Diva". Com eles, a polícia apreendeu 60 pedras de crack, 120 cigarros de maconha, 500 gramas de maconha prensada a quantia de R\$ 790,00, e Antônio Sousa Leão, 42 anos, conhecido como "Gordo", que portava 55 pedras de crack, duas cédulas de identidade falsas e R\$ 250,00. Outro preso foi Manoel Domingos Carvalho Muniz, 52 anos, em cujo poder foi encontrado um revólver calibre 38, a quantia de R\$ 1.600,00, 15 cabeças de crack, uma pedra de 50 gramas, 10 munições variadas e mais uma pistola ponto 40.

O delegado Carlos César da Costa Veloso informou que os mandados são pelos crimes de venda de arma e munição e tráfico de drogas. O grupo ficará detido na Delegacia Regional de Rosário, aguardando decisão judicial.

Contra o câncer

Durante todo este mês de outubro, prédios de órgãos federais, estaduais e municipais como ainda instituições particulares e até mesmo monumentos de todo o país estão sendo iluminados de rosa. Isto é justamente uma referência à campanha Outubro Rosa, ou seja, um movimento de alerta de combate e prevenção do câncer de mama. **Como parte da campanha nacional, acontece hoje a 1ª Corrida São Luís Pense Rosa, Unidos contra o Câncer de Mama - 2013**, que será realizada na Lagoa da Jansen, em frente à Arena de Beach Soccer. A organização é da São Luís Runners em parceria com **O Imparcial**. Ontem, centenas de atletas e esportistas estiveram na sede do jornal recebendo o kit que dá acesso à corrida. Os competidores puderam se inscrever para percorrer trajetos com distâncias de 3km, 6km e 9km. Os participantes receberão troféu, premiação em dinheiro e medalhas.

Sobre o Outubro Rosa

O Outubro Rosa foi criado nos Estados Unidos na década de 90 e chegou ao Brasil em 2002, com a iluminação em tom rosa do Mausoléu do Soldado Constitucionalista, em São Paulo. No Maranhão, esse movimento é organizado pelo Imoab e os órgãos como Aldenora Bello, Tribunal de Justiça do Maranhão e Faculdade Santa Terezinha estão recebendo a iluminação da cor rosa.

Desde 1º de outubro, está ocorrendo uma série de atividades como palestras, ciclo de debates, seminários, dentre outras atividades, para conscientizar a população sobre essa doença.

JUDICIÁRIO

Juízes são escolhidos para compor quórum no TJMA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu, por meio de sorteio, realizado na sessão administrativa de quarta-feira (23), os juízes José Edilson Caridade Ribeiro (titular da 6ª Vara da Fazenda Pública), Marco Antônio Netto Teixeira (titular do 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), Milton Bandeira Lima (titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará) e Sílvio Suzart dos Santos (juiz auxiliar) para compor quórum no Plenário e nas Câmaras Cíveis e Criminais - Isoladas e Reunidas.

Havendo a necessidade de quórum, a chamada será realizada por ordem de sorteio, que nesse caso se inicia com o juiz José Edilson Caridade e termina com o magistrado Milton Bandeira.

A medida atende ao disposto no artigo 77 do Regimento Interno do TJMA, que prevê a convocação de juízes de Direito por sorteio, no Plenário, em sessão administrativa ou judicial, quando por impedimento ou suspeição de desembargador não for possível atingir quórum para julgamento no Plenário e nas Câmaras.

Judiciário e parceiros definem ações do programa de combate à violência

O Tribunal de Justiça do Maranhão e as instituições envolvidas no Programa Integrado de Combate à Violência definiram, ontem (25), ações de enfrentamento à criminalidade no estado, conforme termo de cooperação técnica firmado no início do mês.

No encontro, a desembargadora Nelma Sarney – corregedora-geral da Justiça para o biênio 2014/2015 – apresentou a proposta de reativação da Central de Inquéritos de São Luís, que inclui-se entre as prioridades de sua gestão. O objetivo é garantir celeridade no acompanhamento de inquéritos policiais e peças informativas de competência das varas criminais ainda não distribuídos, evitando a perda de provas ou direitos.

Ainda no âmbito do Judiciário, foi anunciada a aprovação da Resolução 050/2013, que regulamenta a formação de colegiado para julgamento, na primeira instância, dos crimes praticados por organizações criminosas.

“Nós estamos em um momento de urgência e de clamor popular. Precisamos melhorar a comunicação entre os órgãos e provocar as instituições a trabalhar em conjunto”, frisou Nelma Sarney, que também é presidente da Coordenaria da Mulher do TJ-MA. A desembargadora sugeriu a ampliação da Unidade de Segurança Comunitária (USC), em funcionamento nos bairros da Vila Luizão e Sol e Mar. “O caminho de combate à violência é a ocupação das comunidades de risco”, afirmou.

Ações – O representante da Secretaria de Segurança do Estado, tenente-coronel Jorge Luongo, defendeu a participação de juízes e promotores no Conselho de Segurança Institucional, atendendo demanda do Tribunal de Justiça e Ministério Público. Ele propôs a implantação do programa do governo federal “Crack – é possível



AS INSTITUIÇÕES voltarão a se reunir dia 11 do mês de novembro

vencer”, em parceria com as secretarias estadual e municipal de Segurança. De acordo com o tenente-coronel, as áreas do João Paulo e Reviver, que apresentam grande incidência de usuários de droga, serão as primeiras a receber o caminhão-comando, equipado com 20 câmeras de monitoramento, além de duas viaturas e duas motos.

“Os bombeiros e policiais militares já foram capacitados para trabalhar na unidade, que também contará com o suporte do Município na área de saúde, para atendimento dos usuários de droga. Estamos aguardando os materiais, e a instalação depende da viabilidade técnica que está sendo levantada por alguns órgãos”, explicou Luongo.

A promotora Fabíola Fernandes, representando da Procuradoria Geral de Justiça, adiantou que na próxima semana o Minis-

tério Público e a Secretaria de Segurança oficializarão a integração dos sistemas de informação dos dois órgãos. Na área da Polícia Civil, foi questionado sobre o regime de plantão das delegacias que não atende à população. A solução sugerida prevê a subdivisão do serviço em plantões regionais.

A aprovação de lei que permite a renovação do quadro de policiais civis por meio de formação específica, a exemplo do curso de formação de oficiais da PM, e a integração do Corpo de Bombeiros nas ações de combate à violência foram apresentadas como formas de redução do número de homicídios.

Foi discutida também a necessidade de maior disponibilidade de tempo dos PMs no combate à violência, com aumento no valor da hora remunerada em folgas dos policiais, que atualmente

é de R\$ 60.

As instituições também debateram sobre a possibilidade de atuação dos promotores criminais de São Luís por região, como já acontece com os delegados, e a integração dos monitoramentos feitos por câmeras de vídeo entre os setores públicos e privados.

A próxima reunião de trabalho de integrantes do Programa está marcada para o dia 11 de novembro, com representantes da sociedade civil, no auditório da Assembleia Legislativa do Maranhão.

Participaram do encontro, os juízes José Américo Abreu (1ª Vara da Infância e Juventude), Nelson Melo (Vara da Mulher de São Luís), Fernando Mendonça (2º VEP), vereador Ivaldo Rodrigues, deputado estadual Edilázio Júnior, representantes do Corpo de Bombeiros, Segurança Pública e Ministério Público.

Governador Nunes Freire realiza casamento comunitário

Uma grande festa de casamento comunitário foi realizada na quinta-feira (24), na Comarca de Governador Nunes Freire.

A cerimônia, coordenada pela juíza titular Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, reuniu 133 casais e foi realizada na Praça da Cultura. Os casais que participaram da solenidade receberam presentes e brindes, doados pela prefeitura.

Além da magistrada titular, a celebração dos matrimônios contou com os juízes Paulo Roberto Teles de Menezes, titular de Maracaçumé, e Anelise Nogueira Regnato, juíza titular de Olinda Nova.

Entre as autoridades que prestigiam o evento na cidade estavam o promotor de Justiça Hagamenon de Jesus Azevedo, o prefeito Marcel Curió e vereadores.

O Casamento Comunitário é Projeto da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão e uma realização do Fórum da Comarca de Governador Nunes Freire em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Cartório do Ofício Único.

“Ficamos muito felizes em poder proporcionar este evento e realizar mais uma etapa desse projeto casamentos comunitários. Sempre vemos os jurisdicionados

como sendo a razão do nosso trabalho, da nossa função. Além dessa solenidade, estamos sempre colocando em prática ações que aproximam o Judiciário e comunidade”, ressaltou Raquel Menezes, que desejou felicidades aos noivos.

As inscrições para o casamento comunitário em Governador Nunes Freire aconteceram no mês de agosto. Entre os documentos exigidos para a inscrição, foram carteira de identidade e CPF, além de comprovante de residência. Para solteiros, foi necessária a certidão de nascimento original ou cópia autenticada.

1ª Vara de Itapecuru conclui Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça

A juíza Laysa de Jesus Paz Mendes, titular da 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, conseguiu concluir a meta 18, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça. Referida meta consistia em identificar e julgar, até o dia 31 de dezembro deste ano, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

Na 1ª Vara de Itapecuru-Mirim, eram abrangidos pela Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça e Meta 04 do Tribunal de Justiça

do Maranhão 14 processos, sendo 12 ações de improbidade administrativa e 02 ações penais por crimes funcionais de prefeitos e vereadores, todas já julgadas até 30 de setembro de 2013.

“Como tal Meta também era abrangida pela Meta 04 da GPJ/2013, a unidade logrou antecipar-se no respectivo cumprimento, a fim de alcançar êxito também nesse programa do TJ-MA, figurando, portanto, como uma das vencedoras da GPJ/2013”, destacou a magistrada.

Sobre a Meta 18 – Essa meta foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça em novembro de 2012, e prevê o julgamento, até o fim deste ano, de todos os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração que entraram no Judiciário até 31 de dezembro de 2011.

Seguro habitacional

Até hoje, os moradores do Bairro Cohab, em Caxias, aguardam pacientemente na Justiça indenização do seguro habitacional por conta de vícios de construção dos imóveis, os quais foram adquiridos ainda na década de 80. A ação que move os mutuários contra a Caixa Seguradora S/A, empresa responsável pela cobertura dos danos em imóveis com presentes riscos de desabamento, vem se arrastando há anos sem chegar a uma solução definitiva.

Recentemente, a desembargadora Nelma Sarney, relatora de um desses processos, em decisão monocrática, e depois em decisão colegiada com a participação dos pares desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro e Marcelo Carvalho Silva, decidiram que o processo dos mutuários da Cohab retorno ao juiz de base, ou seja, ao juiz da 2ª Vara de Caxias, para que seja realizada a perícia técnica nos imóveis dos autores. Ocorre que existem as etapas processuais que devem ser respeitadas para que uma prova possa ser produzida nos autos por um interessado. A Seguradora ré, no momento oportuno, requereu a produção da prova pericial, a qual foi deferida pelo juiz, à época Clésio Coelho Cunha, que nomeou o perito e os autores apresentaram o assistente e os quesitos.

No entanto, a Seguradora que requereu a produção da prova não fez o depósito dos honorários do perito, sendo preclusa quanto à prova por ela mesma requerida. É o entendimento é que à prova requerida e não produzida é pacífico quanto ao ônus de quem se quedou inerte... Logo, no caso em que não foi realizado o depósito, deveria o processo prosseguir sem a produção da prova pretendida, carreando-se àquele que a requereu o ônus pela sua não produção.

Artifício

Esse artifício da Seguradora para procrastinar a querela judicial estaria sendo sistemático na forma de requerer perícia técnica e não fazer o devido depósito dos honorários periciais, o que redunda na proteção da ação...

Lado mais forte

...Segundo advogados locais, o estranho é esse tipo de atitude encontrar abrigo no Tribunal... Para estes, no caso, "a relatora se posicionou em favor de uma das partes, o lado mais forte na pendenga, em desfavor dos simples cidadãos mutuários".

Saae

Continuam as reclamações de moradores da área central de Caxias contra as obras do Saae, no rastro das quais sobram buraqueira, poeira e outros transtornos urbanos...

Crateras

...Necessárias, porém, as obras seriam mais absorvidas pela comunidade se houvesse uma cooperação mútua e ações concomitantes da Secretaria de Obras para fechar as crateras que resultam da instalação dos novos canos de água...

Visão

...Como isso não acontece, a visão das ruas por onde passam as equipes do Saae lembra uma paisagem pós-terremoto...

Saúde

...Para piorar, além dos problemas que enfrentam pedestres e motoristas, a excessiva poeira afeta principalmente a saúde de crianças e idosos, que já sofrem com o tempo seco e a baixíssima umidade na Princesa do Sertão.

Aparelhamento

Essa semana, o Tribunal de Justiça escolheu os advogados que farão parte do Tribunal Regional Eleitoral que serão nomeados pela presidente da República Dilma Rousseff. Saem do TRE José Carlos Sousa Silva, ex-presidente da Fundação Sarney, e Sérgio Muniz, filho do secretário de Roseana Sarney, Antônio Muniz.

Foram formadas duas listas, cada uma com três nomes, de onde sairão os novos juízes. Caberá agora à presidente Dilma Rousseff nomear os novos juízes do TRE.

Quórum de juízes

O Pleno do Tribunal de Justiça escolheu, por sorteio, quarta-feira, os juízes José Edilson Caridade Ribeiro (6ª Vara da Fazenda Pública), Marco Antônio Netto Teixeira (1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), Milton Bandeira Lima (Vara de Interdição, Sucessão e Alvará) e Sílvio Suzart dos Santos (juiz auxiliar) para compor quórum no Plenário e nas Câmaras Cíveis e Criminais – Isoladas e Reunidas.

Havendo a necessidade de quórum, a chamada será realizada por ordem de sorteio, que nesse caso se inicia com o juiz José Edilson Caridade e termina com o magistrado Milton Bandeira.

A medida atende ao disposto no artigo 77 do Regimento Interno do TJ-MA, que prevê a convocação de juízes de Direito por sorteio, no Plenário, em sessão administrativa ou judicial, quando por impedimento ou suspeição de desembargador não for possível atingir quórum para julgamento no Plenário e nas Câmaras.

Plantão prolongado

Em virtude do feriado do dia do Servidor Público, o plantão do Tribunal de Justiça será estendido até segunda-feira. Até domingo (27), o desembargador Jaime Araújo será o plantonista do 2º Grau. A partir do dia 28 até 3 de novembro, responderá pelo plantão o desembargador Lourival Serejo.

O serviço funciona das 18h às 8h, em dias úteis. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, inicia-se às 18h do último dia útil anterior e se estende até as 8h do primeiro dia útil subsequente.

O telefone disponibilizado para o plantão judiciário é o (98) 8815-8344.

LIBERDADE

Moradores recebem orientação sobre funcionamento do Judiciário

Esclarecimentos de dúvidas sobre andamento processual, morosidade, estrutura do Judiciário e acesso à Justiça, estão entre os assuntos discutidos com os moradores do Bairro da Liberdade, durante audiência pública promovida pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), ontem (25), no Teatro Padre Haroldo.

"As sugestões, reclamações e dúvidas da população sobre o funcionamento da Justiça estadual foram registradas e serão esclarecidas em tempo hábil. Esse contato com quem vive aqui e conhece a realidade do bairro serve como termômetro para sondar o que precisa melhorar na prestação jurisdicional", disse o ouvidor do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Lourival Serejo.

Segundo o ouvidor, até setembro de 2013, o setor foi acionado mais de 2.600 vezes. No primeiro semestre, o número de chamados (1.586) já havia superado o total de 2012 (1.576). Em 2011, foram 903 registros. Em relação aos pedidos de ações de ressocialização de jovens em conflito com a lei, o ouvidor falou sobre o trabalho desenvolvido pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJ-MA por meio do projeto Começar de Novo, voltado à ressocialização e recolocação de presos e egressos no mercado de trabalho.

O funcionário público Luizan Costa, que mora na Liberdade há 40 anos, elogiou a iniciativa do TJ-MA de reunir a comunidade para ouvir as principais queixas e sugestões acerca do atendimento da Justiça. "Ficamos felizes em saber que o Judiciário promove este momento para es-



O OUVIDOR DO TJ-MA, desembargador Lourival Serejo, dirigiu a audiência na Liberdade

clarecer dúvidas e dar orientações jurídicas. Isso é importante na busca de políticas públicas de combate aos problemas que temos", disse. A Ouvidoria promoveu várias audiências públicas em 2012 e 2013, mobilizando líderes comunitários. Em São Luís, além do Bairro da Liberdade, ocorreram audiências na Cidade Operária, Cohab, Anjo da Guarda e Caratatiua.

No interior do estado, os encontros foram realizados em Santa Inês e Imperatriz, envolvendo moradores das comarcas de Pio XII, Pindaré Mirim, Monção, Montes Altos, Senador La Rocque, João Lisboa, Amaran-

te do Maranhão e São Pedro da Água Branca.

Para o coordenador da Ouvidoria, René Bayma, os dados demonstram que a sociedade tem confiado mais no trabalho do órgão. "As pessoas estão se manifestando, seja por meio de reclamações, sugestões ou elogios. Estamos recebendo e controlando todos os pedidos de informação com resposta imediata a quem nos procura", enfatizou.

Todas as manifestações são encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual são esclarecidas

e o interessado é informado sobre os resultados.

O cidadão pode entrar em contato com a Ouvidoria, por meio do formulário eletrônico disponível no Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), nos links "ouvidoria" ou "SIC" (Sistema de Informação ao Cidadão); e-mail institucional (ouvidoria@tjma.jus.br); presencialmente ou por meio de carta endereçada ao setor, que funciona na Avenida Carlos Cunha, nº 3.000, no subsolo do Shopping Jaracati, CEP: 65.076 -909; pelos telefones 3221-1109 e 3221-0393 ou pelo 0800-7071581 (Telejudiciário).

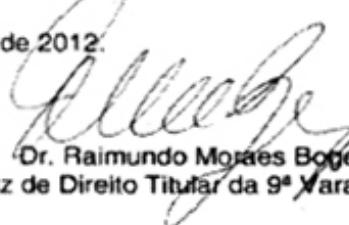
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIOSECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Rua Professor Carlos Cunha, S/N - Caihau, 8º andar
CEP.: 65.076-820 - São Luís - MA
Tel: (096) 3194-5498**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

Reg. Distribuição : 21258-35.2008.8.10.0001
Denominação : CONDENATÓRIA
Parte(s) Requerente(s) : JOCELINO FERNANDES PINHEIRO
Parte(s) Requerida (s) : SANDRA REGINA VINHAL

Citando(a) (s): SANDRA REGINA VINHAL, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da pessoa acima nomeada, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá inicio findo o lapso temporal de trinta dias indicado neste, sob as combinações da revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 4 de outubro de 2012.



Dr. Raimundo Moraes Boga
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível